

■ A vida sob o Império

Michael Hardt

À primeira vista a guerra em Kosovo parece mais claramente compreensível sob a perspectiva do nacionalismo e dos poderes recorrentes dos Estados-nação. A problemática do nacionalismo define as posições disponíveis para apoiar e se opor à guerra. Mas a perspectiva das nações e do nacionalismo no fim das contas mais atrapalha que ajuda nossa compreensão sobre a situação e as possibilidades de ação política.

Primeiro, a campanha sérvia contra os albaneses kosovares é comumente entendida como um efeito do ultranacionalismo. E sem dúvida as operações de limpeza étnica correspondem às noções de uma identidade étnica pura comum a muitas tradições do nacionalismo europeu.

A ação militar contra a Sérvia, dirigida sob os auspícios da OTAN mas debaixo da inquestionável liderança dos Estados Unidos, pode portanto se apresentar como uma operação internacionalista ou mesmo anti-nacionalista. Devemos notar que a justificativa legal desta ação militar é oposta àquela apresentada durante a Guerra do Golfo contra o Iraque. Contra o Iraque a força internacional/americana atuava para restaurar a soberania de uma nação derrotada (o Kuwait); agora a força internacional/americana está intervindo na soberania de uma nação (a Iugoslávia). A base legal da intervenção no território de uma nação soberana repousa na reivindicação de defesa dos direitos humanos de uma (parte da) população.

O apoio para a guerra é portanto capaz de adotar uma posição que celebra a virtude humanitária acima dos interesses nacionais. Após séculos de guerras sem sentido, podem os proponentes dizer, os militares podem agora finalmente ser direcionados para defender os fracos e indefesos pelo mundo afora, sem olhar para as fronteiras nacionais. Em contraste com a relativa inatividade das forças aliadas durante a Segunda Guerra Mundial, quando eles sabiam dos planos nazistas sobre a "solução final", os poderes civilizados agora têm vontade e meios de agir. Ao invés dos direitos humanos, talvez o que devamos

entender é que o que está em jogo é na verdade a própria vida humana. A virtude desta nova organização do poder global portanto se apresenta como uma forma de "biopoder", ou seja, um poder destinado à proteção e reprodução da própria vida.

Já que a perspectiva ideológica que sustenta a guerra tem ocupado de forma tão sólida o terreno do internacionalismo ou do anti-nacionalismo, os caminhos mais claramente abertos para os oponentes da guerra são todos nacionalistas de alguma forma. A oposição mais visível nos Estados Unidos adotou a tradicional retórica do isolacionismo. Onde os defensores da guerra celebram o fato de que preocupações humanitárias guiaram o presidente acima do interesse nacional, os oponentes lamentam o mesmo fato. Devemos nos ocupar com os nossos problemas em casa antes de mandar nossas tropas para morrer além mar! Os Estados Unidos não têm nenhum interesse na Iugoslávia! (Nos Estados Unidos, esta posição tem sido expressa mais sonoramente pela Direita, mas é igualmente efetiva entre vários segmentos da Esquerda).

Da perspectiva européia, os caminhos mais nítidos para se opor à guerra são também nacionalistas. Embora a guerra seja dirigida sob os auspícios do comando da OTAN, ninguém duvida do papel de líder dos Estados Unidos e de sua autoridade, em última instância, sobre os assuntos militares. A dramática superioridade da tecnologia e organização militares americanas foi demonstrada de forma convincente no Iraque e tal demonstração tem sido repetida na Iugoslávia. Oficiais e porta-vozes americanos são frequentemente forçados a ginásticas retóricas porque têm que afirmar ao mesmo tempo a igualdade dos seus parceiros na OTAN e a autoridade militar dos Estados Unidos.

Não é portanto difícil, de uma perspectiva européia, se opor à guerra como sendo um ato de imperialismo americano e condenar as lideranças européias pela falta de coragem em enfrentar Washington. Bem quando parecia, com o estabelecimento do Euro, que a Europa havia conseguido se livrar da dominação americana, a guerra na Iugoslávia torna claro que, ao menos em assuntos militares, os Estados Unidos reinam supremos. Os membros europeus da OTAN parecem não ter nenhuma escolha a não ser seguir a liderança americana. A oposição pode portanto facilmente se configurar como uma tentativa de reclamar a soberania em assuntos políticos e militares tanto para nações

específicas como para a Europa como um todo. (A oposição é mais claramente expressa no idioma tradicional do anti-americanismo esquerdista, mas é igualmente efetiva numa direita gaullista).

Nenhuma destas explicações, no entanto, realmente corresponde à situação que estamos enfrentando. As imagens não se encaixam à realidade e a disparidade causa uma leve sensação de desconforto e náusea, tal como quando usamos óculos com um grau errado. De fato, para chegar a uma visão mais clara da guerra, nós, oponentes, devemos primeiro reconhecer a verdade das afirmações feitas pelos defensores da guerra. Temos que reconhecer que esta não é uma ação do imperialismo americano. Ela é de fato uma operação internacional (ou na verdade supranacional). E seus objetivos não se guiam pelos limitados interesses nacionais americanos; ela na verdade visa os direitos humanos (ou realmente a vida humana). Se aceitarmos as declarações internacionalistas e humanitárias dos senhores da guerra, no entanto, não estaremos nós forçados a apoiar a guerra? Aceitar as "virtudes" da guerra não significa abrir mão de qualquer oposição? Certamente sim, até conseguirmos uma melhor compreensão destas "virtudes" e da nova perspectiva de poder à qual elas pertencem.

Pode parecer paradoxal afirmar que a guerra contra a Iugoslávia (ou aquela contra o Iraque) não é um ato de imperialismo americano, ou ao menos uma imposição da vontade da nação americana sobre outra nação, e reconhecer a supremacia dos militares americanos e a autoridade final dos líderes militares americanos. Se limitamos nossa visão estritamente ao terreno militar, e se entendemos o poder apenas em termos de força mortal, então isto seria uma interpretação lógica. Um poder que atua apenas, ou mesmo primordialmente, através da força e da coerção, entretanto, é um poder muito precário que não pode durar muito. O atual estado de guerra nos estimula de forma errada a adotar uma visão tão estreita e reconhecer apenas uma face do poder ali operante.

Esta guerra e o planejamento da força mortal em geral têm de ser compreendidos como meramente um elemento que opera num campo mais amplo de forças culturais, políticas e econômicas. Neste contexto mais amplo, não se pode dizer que em última análise a autoridade repousa nos Estados Unidos – ou

na Alemanha, no Japão ou em qualquer outro Estado-nação. Quando adotamos esta perspectiva podemos começar a reconhecer a existência de um novo poder que não é nacional ou mesmo internacional, mas sim supranacional. Isto não significa dizer que todas as nações são iguais, que os Estados-nação não têm poder, ou que os interesses nacionais não estão de forma alguma em jogo, mas sim que os poderes das nações agora atuam como elementos dentro do nível supranacional. Esta é uma proposição extraordinariamente difícil de verificar, em parte porque o centro deste poder supranacional ou global não existe em lugar algum. Não há um lugar de poder que possamos localizar e desafiar. Ao invés disso o centro existe apenas virtualmente, nas interações entre uma variedade de instituições regionais, nacionais, internacionais e globais – ou melhor, ele existe apenas como um horizonte último, sempre acima de nossa linha de visão. Este é um Império que, como todos os Impérios antigos, aspira a encompassar todo o mundo "civilizado" – e no presente caso este desejo é mais plausível do que nunca o foi antes.

Sob a antiga perspectiva de poderes nacionais em competição, um dos mais altos objetivos da nação era a conquista e a proteção do interesse de seu povo contra forças externas. No entanto não há nenhuma externalidade a este novo poder global. Seu objetivo não está portanto ligado ao interesse de qualquer povo em particular, mas conectado ao invés disso com a vida de toda a população global, ou na verdade, com a própria vida humana. Os direitos humanos, ou melhor, a proteção e a reprodução da vida é a "virtude" do Império.

Para compreender o papel dos direitos humanos no Império, no entanto, precisamos uma vez mais expandir nossa visão e reconhecer como a ação baseada nos direitos humanos é meramente um elemento num projeto muito mais amplo. É tentador dizer, e é em parte verdade, que os direitos humanos são apenas um pretexto que justifica a intervenção imperial em qualquer contexto local, a extensão e a profundidade do poder global, que é acompanhado, paradoxalmente, por mortes e sofrimento renovados.

Mas é importante também levar a sério o discurso dos direitos humanos. Deve-se notar que o político e o econômico não são o conteúdo efetivo deste discurso. Afinal, os direitos políticos e econômicos são sempre "locais", ou seja, são entendidos de forma diferente e respondidos em cada contexto

nacional e ideológico. O que é verdadeiro aqui é apenas o mais básico, universal (e portanto não-ideológico) direito: o direito meramente biológico à vida. Este bem universal, esta "virtude", é a fonte da aceitação do poder imperial.

Precisamos entender as operações de um poder que aspira não à repressão dos povos mas à administração de populações e finalmente ao controle da própria vida. Este é um biopoder que se estende às profundezas do campo social no esforço de constituir e controlar todas as suas funções. Esta também é uma tarefa teórica assustadora, mas que se tornou urgente no presente contexto.

Reconhecer o caráter supranacional do poder por trás da guerra e a "virtude" de seus motivos não enfraquece nossa capacidade de se opor a ela, mas deve mudar nossas estratégias. Certamente não é errado em cada nação conclamar os líderes políticos a acabar com a guerra, mas devemos reconhecer que os poderes dos líderes e das instituições nacionais são bastante limitados. Deveremos olhar para além do contexto nacional, e mesmo do internacional. Para contestar o poder do Império e criar uma alternativa devemos aprender a agir num nível igualmente supranacional.

De certa forma estamos numa posição similar ao dos comunistas que se opuseram à Primeira Guerra Mundial. Não havia lugar para eles ficarem naquela guerra. Já que eles estavam contra todos os lados, eles tiveram que inventar uma nova guerra. Transformar a guerra inter-imperialista numa guerra civil dentro de cada nação! Agora enfrentamos não uma guerra inter-imperialista, mas sim imperial, e precisamos descobrir os termos de uma nova luta social, uma guerra civil, que se estenda transversalmente através das fronteiras nacionais e regionais, um contra-Império. Esta é uma grande tarefa, e não está claro como podemos fazer isto imediatamente, mas precisamos pensar no futuro. Kosovo não será a última guerra imperial, e nossa oposição ao Império está apenas começando.

Tradução **Patrícia Farias**